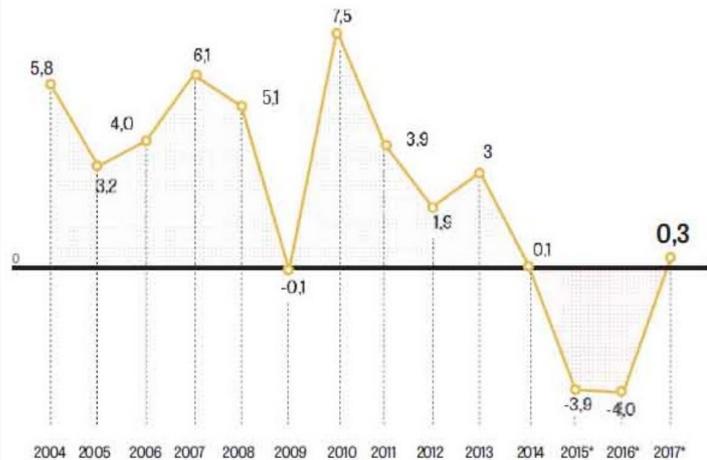


Economia

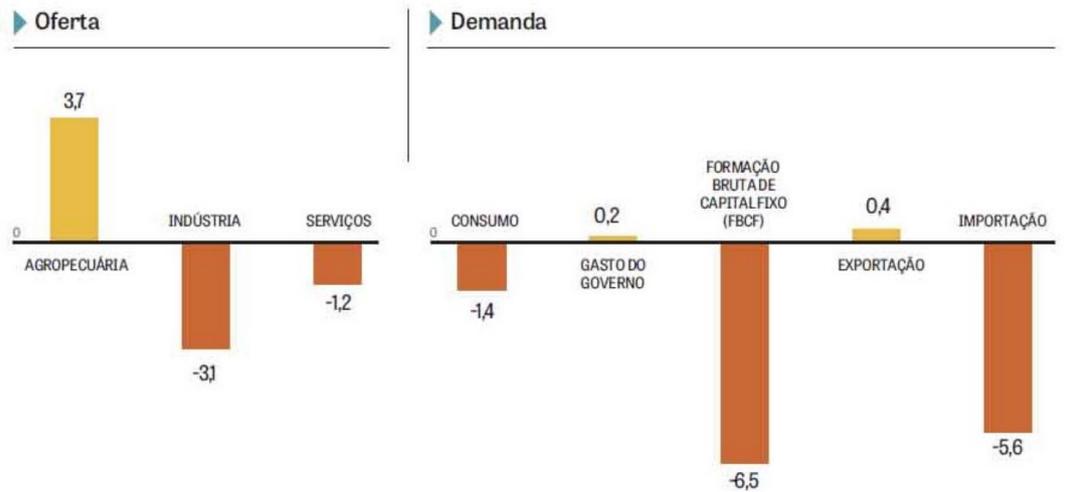
A instituição estima expansão de 0,3% para o Produto Interno Bruto do País (PIB) do período, com a melhora que houve nos indicadores de confiança da indústria e de estoques nos últimos meses

TRAJETÓRIA DA ECONOMIA

Varição real do Produto Interno Bruto (PIB) em cada ano ▶ Em %



Projeções para o 4º trimestre de 2015 ante o 3º trimestre do mesmo ano ▶ Em %



* PROJEÇÕES

FONTE: ITAÚ UNIBANCO

Economia pode retomar crescimento a partir de 2017, prevê Itaú Unibanco

CENÁRIO

Paula Salati
São Paulo
paulas@dcicom.br

Os últimos indicadores de confiança da indústria e de estoques indicam que a economia brasileira pode voltar a crescer em 2017, avaliam economistas do Itaú Unibanco.

A instituição estima expansão de 0,3% para o Produto Interno Bruto do País (PIB) no próximo ano, após uma queda de 4% no indicador prevista para 2016. A recuperação da economia deve vir já a partir do primeiro trimestre de 2017, período em que o PIB registrará crescimento de 0,1% ante o último trimestre de 2016, segundo as projeções do Itaú Unibanco divul-

gadas ontem a jornalistas.

A melhora da confiança do setor industrial é um dos fatores contemplados no cenário de recuperação. Para exemplificar, a instituição citou o Índice de Confiança da Indústria (ICI) da FGV que mostrou avanço 2,6 pontos entre dezembro e janeiro, ao passar de 75,4 para 78,0 pontos.

O economista do Itaú Felipe Salles observou ainda que a queda do nível dos estoques, registrada nos últimos meses, fez com que a produção da indústria se adequasse à demanda. "A produção já está até um pouco menor do que a demanda. Se tudo continuar do jeito que está hoje, esses estoques vão continuar caindo e, daqui a alguns meses, a indústria vai ter que começar a produzir um pouco mais para se adequar novamente à demanda", anali-

sou o economista.

Salles ressaltou que apesar desses sinais de retomada econômica serem ainda "incipientes", eles mostram "alguma melhora" em relação aos indicadores de três meses atrás.

O economista-chefe do Itaú, Ilan Goldfajn, completou afirmando que os indicadores de retomada do crescimento do PIB são preliminares e que ainda há muitas incertezas econômicas diante da crise fiscal e política do atual governo.

'Sensação térmica'

Em 2016, a queda do PIB deve chegar a 4%, porém com "sensação térmica" de 5%, disse Goldfajn. Isso porque, no cálculo do indicador econômico, o setor externo deve ter contribuição positiva de 1%. "O mercado doméstico tem uma queda maior de PIB do que esses

4%, a absorção doméstica está caindo mais", esclareceu.

O economista-chefe do Itaú explicou ainda que a maior parte da retração do PIB de 2016 (-2,6%) será resultado de uma herança dos indicadores recessivos do ano passado, além de uma queda de 1,0% no PIB do primeiro trimestre de 2016, refletindo a retração da produção industrial e das vendas do varejo. Esse será o maior recuo trimestral do PIB em 2016. Depois esse período, o Itaú estima uma queda adicional de mais 0,5% no PIB no decorrer deste ano.

Goldfajn avaliou que, a partir do segundo semestre, a economia brasileira tende a se estabilizar, pois todos os ajustes decorrentes da recessão já terão sido realizados.

"Eu não acho que terá uma grande novidade. Recessão

tem a ver não só com fluxo, mas também com o nível. [...] O que vai acontecer é que o PIB vai cansar de cair", comentou o economista-chefe.

De acordo com projeções da instituição, o PIB, em nível, já caiu 7,5% desde março de 2014 e deve cair mais 2% este ano.

Juros

Ainda segundo projeções do Itaú, a combinação entre demanda fraca e câmbio estável deve contribuir para uma queda da inflação e, consequentemente, para uma redução da taxa básica de juros (Selic) a 12,75% já no final de 2016. O Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) deve recuar para 7% em 2016 e para 5% em 2017. "O déficit em conta corrente deve chegar a zero até 2017. Isso ajuda a estabilizar o câmbio", afirmou Goldfajn.

Com novo ICMS, 34% das pequenas param vendas

IMPOSTOS

Da Redação
São Paulo
redacao@dcicom.br

Uma em cada três micro e pequenas empresas de e-commerce em todo o Brasil suspendeu as vendas depois do início das novas regras na cobrança do ICMS.

A enquete realizada pelo Sebrae, em parceria com E-commerce Brasil, Câmara-e.net e Abcomm, mostrou que 25% das companhias entrevistadas pararam de vender para outros estados e quase 9% interromperam todas as vendas da empresa.

Para o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, a pesquisa mostra como

a medida tem impacto negativo nos pequenos negócios. "Estão prejudicando as micro e pequenas empresas e o comércio eletrônico de todo o País. Não param de chegar relatos de empresas fechando, suspendendo as vendas on-line. Os fiscos estaduais e o Confaz estão agindo como os Exterminadores do Futuro das micro e pequenas empresas".

Questionados sobre os impactos das mudanças na cobrança do imposto, mais de oito em cada dez donos de micro e pequenas empresas do e-commerce responderam que os encargos tributários aumentaram e, consequentemente, o custo financeiro também. Quase 75% informaram que fizeram mudanças operacionais na empresa e 67% admitiram que, desde o começo

do ano, atrasam entregas.

Desde 1º de janeiro, é obrigatório o pagamento do tributo nos estados de origem e destino da mercadoria, o que afeta, principalmente, as empresas que trabalham com e-commerce — 75% delas são micro e pequenas. A enquete, feita na última quinta-feira, foi respondida por 535 donos de pequenos negócios.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com apoio do Sebrae, entrou no Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) pedindo uma liminar suspensiva do artigo 9º, que atingiu as micro e pequenas empresas. A OAB defende que as novas regras violam a Constituição ao criar alíquotas diferentes para micro e pequenas empresas inclusas no Simples

Nacional. A relatoria da ADI é do ministro Dias Toffoli.

Startups

Ainda ontem, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) informou que o ministro Armando Monteiro assinou com o Sebrae o Termo de Cooperação para a intensificar a atuação do Programa Inovativa Brasil, que promove a aceleração de startups. Mais cursos, possibilidades e soluções para os empreendedores com foco em inovação serão as novidades com esse programa.

Criado em 2013 pelo MDIC, o InovAtiva Brasil auxilia e orienta empreendedores iniciantes com uma boa tecnologia mas pouco conhecimento de negócio, oferecendo capacitação e mentoria.

PONTO A PONTO

1. Alteração

Mudança no ICMS afeta principalmente as companhias que trabalham no e-commerce.

2. Mais trabalho

Com novas regras, empresas têm que arrecadar o imposto no estado de destino e no estado de origem.

3. Desistência

Maior complicação com tributo faz empresas abandonarem vendas.

4. Resposta

OAB entrou no STF com ação que busca barrar a alíquota criada para as pequenas.